




OFÍCIO Nº 133/2021

Solonópole – CE, 10 de Junho de 2021.

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa egrégia Corte de Contas nos termos do Art. 9º da Instrução Normativa nº 01 de 14 de abril de 2007, a Lei Nº 1563 de 04 de junho de 2021, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da lei orçamentária anual do Município de Solonópole, relativa ao exercício financeiro de **2022**.

Atenciosamente,


Ana Vlândia Nogueira Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal

Exmo Senhor
Conselheiro JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR
M.D. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
FORTALEZA-CEARÁ



LEI Nº 1563/2021

DE 04 DE JUNHO DE 2021

CERTIDÃO DE FIXAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

CERTIFICO para os devidos fins que foi publicado através de fixação na portaria desta Prefeitura (Quadro de Avisos e Publicações) o presente documento contendo 38 folhas, em 30 de junho de 2021 conforme determinado na Lei Municipal nº 554/99 de 16 de Outubro de 1999. O referido é verdade dou fé.

Solonópole - CE 30 de junho de 2021

Servidor Público Municipal
Matrícula: 1326772

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2022, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Solonópole - CE, Estado, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Solonópole - CE, para o exercício de 2022 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOLONÓPOLE
RECEBIDO EM 30 de junho de 2021
Márcio José Meireles Gomes
Chefe de Gabinete
Portaria nº 102/2021

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2022, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece as determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA STN nº 375, de 8 de julho de 2020, 11ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2021.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:





01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2022, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2022 e para os dois seguintes.





§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2022, 2023 e 2024 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020, as METAS ANUAIS DA LDO 2022, contam com o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo único - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2022, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.





Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.





Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria STN nº 375, de 8 de julho de 2020, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2022, 2023 e 2024.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN

§ 1º - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional e às normas da contabilidade pública.

§ 2º - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.



§ 3º - A unificação dos Demonstrativos de Resultados Primário e Nominal, obedeceram as determinações da Portaria STN Nº 495/2017 e o modelo de relatório da Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2022, 2023 e 2024.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2022 estarão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2022 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2022, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2022 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2022 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.



Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 22 - O Orçamento para exercício de 2022 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2022 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2022, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2022 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).



Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28 - A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência, em programação específica, constituída, exclusivamente, com recursos do Orçamento Fiscal, em montante de no mínimo 0,2% (dois décimos por cento) e, no máximo, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2022 e será destinada a atender passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2022, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2022 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2022, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).



Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2022, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2022 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001. P.

Art. 39 - O Prefeito Municipal fica autorizado a incluir na Lei Orçamentária Anual, o percentual de autorização para suplementar as dotações orçamentárias que se tornem insuficientes, utilizando as fontes de recursos previstos no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, podendo ainda efetuar a transposição de dotações, com remanejamento de recursos de uma categoria de programação de despesa para outra, entre as diversas funções do governo e unidades orçamentárias durante a execução orçamentária, e designar o órgão responsável pela contabilidade para movimentar as dotações a elas atribuídas.

Parágrafo Único - As *Fonte de Recursos*, poderão ser modificadas pelo Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria e/ou Ofício, para atender as necessidades surgidas por ocasião da execução do orçamento, e ainda poderá o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da destinação de recursos, compostos pelo identificador de uso, grupo de destinação de recursos e fontes de recursos, incluídos na Lei Orçamentária Anual, e em seus créditos adicionais.



Art. 40 - Durante a execução orçamentária de 2022, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2022 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 41 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 42 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrem a Lei Orçamentária de 2022 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 43 - Fica o Poder Executivo autorizado a classificar no elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, a despesa não empenhada no exercício correspondente, conforme a classificação da despesa realizada.

Art. 44 - O Poder Legislativo do Município terá como limite máximo de despesas em 2022, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento), sobre as receitas constantes do art. 29-A da Constituição Federal, auferidas em 2021, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 45 - A Lei Orçamentária de 2022 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 46 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 47 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL



Art. 48 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2022, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2022.

Art. 49 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2022, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2021, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 50 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 51 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 52 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".



VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 53 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 54 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 55 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2022, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 57. Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal, tais como: Confederação Nacional dos Municípios, Associação dos Municípios do Estado do Ceará, Associações Regionais dos Municípios, Associação das Primeiras Damas dos Municípios do Estado do Ceará, Associação dos Vice-Prefeitos do Estado do Ceará, União dos Vereadores do Ceará, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Ceará, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social e Conselho dos Secretários Municipais de Agricultura e Meio Ambiente do Estado do Ceará, dentre outros.



Gabinete da Prefeita

Art. 58 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 59 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 60 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 61 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE SOLONÓPOLE – CE, aos 04 de junho de 2021.

Ana Vlândia Nogueira Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal





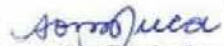
PREFEITURA DE
Solonópole
A Gente Faz, a Gente Cuida!

Gabinete da Prefeita

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOLONÓPOLE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a determinação na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), AUTORIZA a publicação mediante afixação no hall de entrada do Paço Municipal, e em demais locais de amplo acesso público, bem como no site www.solonopole.ce.gov.br nesta data Lei das Diretrizes Orçamentaria (LDO) do Município de Solonópole, relativa ao exercício financeiro de **2022** (Lei nº 1563/2021 de 04 de Junho de 2021) e dos demonstrativos que a acompanham.

Paço da Prefeitura Municipal de Solonópole - CE, em 04 de Junho de 2021.


Ana Vlândia Nogueira Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal

Exmo Senhor
Conselheiro JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR
M.D. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará
FORTALEZA - CE

Rua Dr. Queiroz Lima, 330, Centro, Solonópole - CE, 63.620-000.
CNPJ: 07.733.256/0001-57 | Fone: (88) 3518 1387 | www.solonopole.ce.gov.br





PREFEITURA DE
Solonópolis

A Gente Faz, a Gente Cuida!

Gabinete da Prefeita

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

PARTE – I

Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativos de Riscos Fiscais e Providências

Ano de Referência: 2022



Prefeitura Municipal de Solonópole
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2022

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

(R\$)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Identificação dos Riscos	2022	Providência	2022
1 Demandas Judiciais	60.000,00	1 Anulação de Dotações Orçamentárias	60.000,00
Demandas Trabalhistas	60.000,00	Anulação de Dotações Orçamentárias	60.000,00
2 Dívidas em Processo de Reconhecimento	70.000,00	2 Anulação de Dotações Orçamentárias	70.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	70.000,00	Anulação de Dotações Orçamentárias	70.000,00
SUBTOTAL	130.000,00	SUBTOTAL	130.000,00
TOTAL	130.000,00	TOTAL	130.000,00

Solonópole-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Vlândia N. Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal



PREFEITURA DE
Solonópolis

A Gente Faz, a Gente Cuida!

Gabinete da Prefeita

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

PARTE – II

Anexo de Metas Fiscais

Ano de Referência: 2022



Prefeitura Municipal de Solonópole

ESTADO DO CEARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais
2022

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	79.436.282,20	76.816.828,35	0,051	0,330	87.379.910,42	81.791.122,99	0,055	0,351	96.117.901,46	87.146.990,28	0,059	0,374
Receitas Primárias (I)	78.831.282,20	76.231.778,55	0,051	0,328	86.714.410,42	81.168.188,13	0,054	0,349	95.385.851,46	86.483.264,24	0,058	0,371
Despesa Total	79.436.282,20	76.816.828,35	0,051	0,330	87.379.910,42	81.791.122,99	0,055	0,351	96.117.901,46	87.146.990,28	0,059	0,374
Despesas Primárias (II)	76.982.182,20	74.443.653,61	0,049	0,320	84.680.400,42	79.264.272,67	0,053	0,341	93.148.440,46	84.454.676,10	0,057	0,363
Resultado Primário (III)=(I-II)	1.849.100,00	1.788.124,94	0,001	0,008	2.034.010,00	1.903.915,46	0,001	0,008	2.237.411,00	2.028.588,14	0,001	0,009
Resultado Nominal	354.645,12	342.950,51	0,000	0,002	340.459,31	318.683,66	0,000	0,001	326.840,94	296.336,10	0,000	0,001
Dívida Pública Consolidada	13.443.320,29	13.000.019,62	0,009	0,056	12.905.587,48	12.080.150,78	0,008	0,052	12.389.363,98	11.233.035,32	0,008	0,048
Dívida Consolidada Líquida	8.511.482,84	8.230.812,15	0,006	0,035	8.171.023,53	7.648.407,82	0,005	0,033	7.844.182,59	7.112.066,47	0,005	0,031

Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2022	2023	2024
PIB real (crescimento % anual)	2,43	2,42	2,41
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	11,80	11,80	11,80
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	4,90	4,85	4,85
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,41	3,31	3,24
Projeção do PIB do Estado - R\$ bilhões	155.854.000.000,00	159.641.000.000,00	163.504.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL - R\$ bilhões	24.045.000.000,00	24.865.000.000,00	25.688.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2022	2023	2024
Valor Corrente / 1,03410	Valor Corrente / 1,06833	Valor Corrente / 1,10294

Solonópole-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Vladia N Pinheiro Juca
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Solonópole

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2022

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2020 (a)		II - Metas Realizadas 2020 (b)		Variação (II - I)			
	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100		
Receita Total	63.305.130,00	0,040	0,288	74.136.158,21	0,047	0,333	10.831.028,21	17,10
Receitas Primárias (I)	61.139.930,00	0,039	0,278	72.829.432,37	0,046	0,327	11.689.502,37	19,11
Despesa Total	66.532.130,00	0,042	0,302	70.283.213,73	0,045	0,316	3.751.083,73	5,63
Despesas Primárias (II)	65.192.130,00	0,041	0,296	69.109.867,83	0,044	0,310	3.917.737,83	6,00
Resultado Primário (III)=(I - II)	-4.052.200,00	-	-0,018	3.719.564,54	0,002	0,017	7.771.764,54	-191,79
Resultado Nominal	-2.427.300,00	-	-0,011	-	-	-0,054	-9.646.679,73	397,42
Dívida Pública Consolidada	-2.657.261,39	-	-0,012	14.512.379,08	0,009	0,065	17.169.640,47	-646,14
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,000	0,000	10.717.192,68	0,007	0,048	10.717.192,68	0,00

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2020

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2020	157.681.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2020	157.681.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2020	22.000.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2020	22.266.000.000,00

Solonópole-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Vlândia N Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Solonópole

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2022

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	54.875.585,27	74.136.158,21	35,1	68.557.802,00	-7,5	75.413.582,20	10,0	82.954.940,42	10,0	91.250.434,46	10,0
Receitas Primárias (I)	53.471.088,24	72.829.432,37	36,2	66.617.802,00	-8,5	73.279.582,20	10,0	80.607.540,42	10,0	88.668.294,46	10,0
Despesa Total	56.074.044,08	70.283.213,73	25,3	71.405.802,00	1,6	78.546.382,20	10,0	86.401.020,42	10,0	95.041.122,46	10,0
Despesas Primárias (II)	54.861.274,79	69.109.867,83	26,0	69.983.802,00	1,3	76.982.182,20	10,0	84.680.400,42	10,0	93.148.440,46	10,0
Resultado Primário (III)=(I - II)	-1.390.186,55	3.719.564,54	0,0	-3.366.000,00	-190,5	-3.702.600,00	10,0	-4.072.860,00	0,0	-4.480.146,00	0,0
Resultado Nominal	11.464.426,26	-12.073.979,73	-205,3	1.851.064,72	-115,3	354.645,12	-80,8	340.459,31	-4,0	326.840,94	-4,0
Dívida Pública Consolidada	15.018.771,51	14.512.379,08	-3,4	14.003.458,64	-3,5	13.443.320,29	-4,0	12.905.587,48	-4,0	12.389.363,98	-4,0
Dívida Consolidada Líquida	-1.356.787,05	10.717.192,68	-889,9	8.866.127,96	-17,3	8.511.482,84	-4,0	8.171.023,53	-4,0	7.844.182,59	-4,0

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
Receita Total	59.260.144,53	76.597.478,66	29,3	68.557.802,00	-10,5	72.926.779,03	6,4	77.649.172,47	6,5	82.733.815,49	6,5
Receitas Primárias (I)	57.743.428,19	75.247.369,52	30,3	66.617.802,00	-11,5	70.863.148,83	6,4	75.451.911,32	6,5	80.392.672,73	6,5
Despesa Total	60.554.360,20	72.616.616,43	19,9	71.405.802,00	-1,7	75.956.273,28	6,4	80.874.842,44	6,5	86.170.709,61	6,5
Despesas Primárias (II)	59.244.890,65	71.404.315,44	20,5	69.983.802,00	-2,0	74.443.653,61	6,4	79.264.272,67	6,5	84.454.676,10	6,5
Resultado Primário (III)=(I - II)	-1.501.262,46	3.843.054,08	0,0	-3.366.000,00	-187,6	-3.580.504,79	0,0	-3.812.361,35	0,0	-4.062.003,37	0,0
Resultado Nominal	12.380.436,08	-12.474.835,86	-200,8	1.851.064,72	-114,8	342.950,51	-81,5	318.683,68	-7,1	296.336,10	-7,0
Dívida Pública Consolidada	16.218.771,35	14.994.190,07	-7,5	14.003.458,64	-6,6	13.000.019,62	-7,2	12.080.150,78	-7,1	11.233.035,32	-7,0
Dívida Consolidada Líquida	-1.465.194,34	11.073.003,48	-855,7	8.866.127,96	-19,9	8.230.812,15	-7,2	7.648.407,82	-7,1	7.112.066,47	-7,0

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2019	2020	2021	2022*	2023*	2024*
4,31	4,52	3,32	3,41	3,31	3,24
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,07990	Valor Corrente x 1,03320	Valor Corrente x 1,00000	Valor Corrente / 1,03410	Valor Corrente / 1,06833	Valor Corrente / 1,10294

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Solonópole-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Viádia N Pinheiro Juca
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Solonópolis

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
2022

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	%	2019	%	2018	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Solonópolis-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Viádia N. Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Solonópole

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2022

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2020 (a)	2019 (b)	2018 (c)
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	272.119,93	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	272.119,93	0,00	0,00

DESPESAS REALIZADAS	2020 (d)	2019 (e)	2018 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	250.000,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	250.000,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(g)=[(Ia-Id)+IIIfh]	(h)=[(Ib-Ile)+IIIfi]	(I)=[Ic - IIIf]
	22.119,93	0,00	0,00

Solonópole-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Vládia N Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal

Instituto de Previdência do Município de Solonópole - IPMS

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**PLANO PREVIDENCIÁRIO**

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	3.267.741,97	5.247.730,37	1.102.839,68
Receita de Contribuições dos Segurados	1.415.857,06	1.347.452,65	0,00
Civil	1.415.857,06	1.347.452,65	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	1.415.857,06	1.347.452,65	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	693.655,69	2.797.436,76	0,00
Civil	693.655,69	2.797.436,76	0,00
Ativo	693.655,69	2.797.436,76	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimonial	1.158.229,22	1.102.839,68	1.102.839,68
Receita Imobiliárias	0,00	105.759,94	105.759,94
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	997.079,74	997.079,74
Outras Receitas Patrimoniais	1.158.229,22	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	1,28	0,00
Compensação Previdenciário do RGPS ao RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Per. P/Amort. do Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	1,28	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV)=(I+III-II)	3.267.741,97	5.247.730,37	1.102.839,68

uf.

Instituto de Previdência do Município de Solonópole - IPMS

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Benefício Civil	1.313.963,26	1.495.450,31	0,00
Aposentadorias	1.088.808,35	1.322.979,74	0,00
Pensões	27.418,56	28.359,11	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	197.736,35	144.111,46	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS ao RGPS	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)	1.313.963,26	1.495.450,31	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	1.953.778,71	3.752.280,06	1.102.839,68

RECURSPS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2019	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2019	2020
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2018	2019	2020
--	-------------	-------------	-------------

Instituto de Previdência do Município de Solonópole - IPMS

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

2022

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Vrs.Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2019	2020
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.835.215,27	18.587.495,33	19.690.335,01
Investimentos e Aplicações	1.969.798,95	4.899.188,00	7.593.677,37
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

- O saldo de bens e direitos de 2017 era R\$ 12.881.436,56

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00

Instituto de Previdência do Município de Solonópole - IPMS

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

D

Instituto de Previdência do Município de Solonópole - IPMS

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022

(R\$)

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2018	2019	2020
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2018	2019	2020
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2018	2019	2020
Despesas Correntes XIII	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII - XIV)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00

Instituto de Previdência do Município de Solonópole - IPMS

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
2022

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

(R\$)

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
--

Solonópole-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Vlândia N. Fachelro Jucá
Prefeita Municipal

Instituto de Previdência do Município de Solonópole - IPMS

ESTADO DO CEARA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

2022

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

PLANO PREVIDENCIÁRIO				(R\$)
EXERCÍCIO	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	
2020				19.690.335,01
2021	3.906.279,03	1.942.329,60	1.963.949,43	21.654.284,44
2022	4.036.058,05	2.107.433,81	1.928.624,24	23.582.908,68
2023	4.038.460,90	2.806.049,52	1.232.411,38	24.815.320,06
2024	4.094.422,75	3.377.310,18	717.112,57	25.532.432,63
2025	4.254.919,96	3.634.404,36	620.515,60	26.152.948,23
2026	4.410.011,27	3.951.983,17	458.028,10	26.610.976,33
2027	4.603.629,17	4.246.181,61	357.447,56	26.968.423,89
2028	4.627.136,25	5.345.820,62	-718.684,37	26.249.739,52
2029	4.726.358,35	6.131.243,84	-1.404.885,49	24.844.854,03
2030	4.983.826,30	6.555.332,32	-1.571.506,02	23.273.348,01
2031	5.287.083,20	7.023.430,90	-1.736.347,70	21.537.000,31
2032	5.611.101,69	7.565.511,89	-1.954.410,20	19.582.590,11
2033	5.917.892,28	8.434.399,57	-2.516.507,29	17.066.082,82
2034	6.360.695,04	9.101.245,16	-2.740.550,12	14.325.532,70
2035	7.018.104,37	9.377.168,68	-2.359.064,31	11.966.468,39
2036	7.780.005,33	9.662.407,12	-1.882.401,79	10.084.066,60
2037	8.636.080,95	10.001.435,90	-1.365.354,95	8.718.711,65
2038	9.587.687,96	10.497.917,72	-910.229,76	7.808.481,89
2039	10.734.745,10	10.898.487,47	-163.742,37	7.644.739,52
2040	12.127.072,99	11.137.491,63	989.581,36	8.634.320,88
2041	13.746.406,37	11.334.222,10	2.412.184,27	11.046.505,15
2042	15.630.261,44	11.502.119,33	4.128.142,11	15.174.647,26
2043	17.818.662,79	11.630.244,50	6.188.418,29	21.363.065,55
2044	20.361.364,42	11.712.121,11	8.649.243,31	30.012.308,86
2045	23.348.314,46	11.621.003,65	11.727.310,81	41.739.619,67
2046	26.779.940,93	11.541.987,41	15.237.953,52	56.977.573,19
2047	30.747.257,84	11.406.242,36	19.341.015,48	76.318.588,67
2048	56.972,90	11.205.745,05	-11.148.772,15	65.169.816,52
2049	31.508,46	11.007.846,13	-10.976.337,67	54.193.478,85
2050	24.410,56	10.739.760,20	-10.715.349,64	43.478.129,21

Notas:

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	Valor (a)	Valor (b)	Valor (c) = (a-b)	
2020				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas:

Solanópole-CE, 14 de Abril de 2021


 Ana Vládia N. Pinheiro Jucá
 Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Solonópole

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

2022

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	IPTU/DÍVIDA ATIVA	CONTRIBUIENTES MUNICIPAIS	30.000,00	25.000,00	20.000,00	AUMENTO DA ARRECADAÇÃO A SER PREVISADA NA LOA
TOTAL			30.000,00	25.000,00	20.000,00	

Solonópole-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Viádia N Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Solonópolis

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado

2022

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTOS	2022
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	0,00

Notas:

SEM MOVIMENTO NO PERÍODO

Solonópolis-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Vlândia N Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal



PREFEITURA DE
Solonópolis

A Gente Faz, a Gente Cuida!

Gabinete da Prefeita

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentárias

PARTE – III

Demonstrativo de Memória e Metodologia de Cálculos das Metas Fiscais

Ano de Referência: 2022



Prefeitura Municipal de Solonópolis

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES	51.588.338,50	57.138.192,79	58.886.802,00	64.775.482,20	71.253.030,42	78.378.333,46
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.908.678,05	1.972.081,87	2.135.000,00	2.348.500,00	2.583.350,00	2.841.685,00
CONTRIBUIÇÕES	2.019.285,23	2.693.506,78	2.071.000,00	2.278.100,00	2.505.910,00	2.756.501,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.404.497,03	1.306.725,84	1.440.000,00	1.584.000,00	1.742.400,00	1.916.640,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.638.291,80	1.739.404,50	2.193.000,00	2.412.300,00	2.653.530,00	2.918.883,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	49.648.970,84	54.309.683,38	56.696.802,00	62.366.482,20	68.603.130,42	75.463.443,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	222.214,21	525.182,17	151.000,00	166.100,00	182.710,00	200.981,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.287.246,77	16.997.965,42	9.671.000,00	10.638.100,00	11.701.910,00	12.872.101,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	500.000,00	550.000,00	605.000,00	665.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	272.119,93	50.000,00	55.000,00	60.500,00	66.550,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.287.246,77	16.725.845,49	9.121.000,00	10.033.100,00	11.036.410,00	12.140.051,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.884.081,65	3.958.304,65	3.657.000,00	4.022.700,00	4.424.970,00	4.867.467,00
CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.797.436,76	3.851.184,71	3.530.000,00	3.883.000,00	4.271.300,00	4.698.430,00
SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	86.644,89	107.119,94	127.000,00	139.700,00	153.670,00	169.037,00
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-5.253.598,66	-5.408.391,75	-5.800.000,00	-6.380.000,00	-7.018.000,00	-7.719.800,00
Total	57.759.666,92	78.094.462,86	72.214.802,00	79.436.282,20	87.379.910,42	96.117.901,46

Solonópolis-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Vlândia N. Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Solonópole

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (I)	48.704.580,86	54.267.961,17	56.816.012,00	62.497.613,20	68.747.374,52	75.622.111,97
Pessoal e Encargos Sociais	29.417.920,99	33.788.033,80	32.985.750,00	36.284.325,00	39.912.757,50	43.904.033,25
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	29.417.920,99	33.788.033,80	32.985.750,00	36.284.325,00	39.912.757,50	43.904.033,25
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	7.000,00	7.700,00	8.470,00	9.317,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	7.000,00	7.700,00	8.470,00	9.317,00
Outras Despesas Correntes	19.286.659,87	20.479.927,37	23.823.262,00	26.205.588,20	28.826.147,02	31.708.761,72
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	19.286.659,87	20.479.927,37	23.823.262,00	26.205.588,20	28.826.147,02	31.708.761,72
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL (II)	7.369.463,22	16.015.252,56	14.429.790,00	15.872.769,00	17.460.045,90	19.206.050,49
Investimentos	6.156.693,93	14.841.906,66	13.014.790,00	14.316.269,00	15.747.895,90	17.322.685,49
Transferências a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	6.156.693,93	14.841.906,66	13.014.790,00	14.316.269,00	15.747.895,90	17.322.685,49
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.212.769,29	1.173.345,90	1.415.000,00	1.556.500,00	1.712.150,00	1.883.365,00
Aplicações Diretas	1.212.769,29	1.173.345,90	1.415.000,00	1.556.500,00	1.712.150,00	1.883.365,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	809.000,00	889.900,00	978.890,00	1.076.779,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	160.000,00	176.000,00	193.600,00	212.960,00

Prefeitura Municipal de Solonópolis

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II - DESPESAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Total	56.074.044,08	70.283.213,73	72.214.802,00	79.436.282,20	87.379.910,42	98.117.901,46

Solonópolis-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Vládia N. Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Solonópolis
 ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	51.588.338,50	57.138.192,79	58.886.802,00	64.775.482,20	71.253.030,42	78.378.333,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.908.678,05	1.972.081,87	2.135.000,00	2.348.500,00	2.583.350,00	2.841.685,00
Contribuições	2.019.285,23	2.693.506,78	2.071.000,00	2.278.100,00	2.505.910,00	2.756.501,00
Receita Patrimonial	1.404.497,03	1.306.725,84	1.440.000,00	1.584.000,00	1.742.400,00	1.916.640,00
Aplicações Financeiras (II)	1.404.497,03	1.306.725,84	1.440.000,00	1.584.000,00	1.742.400,00	1.916.640,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.638.291,80	1.739.404,50	2.193.000,00	2.412.300,00	2.653.530,00	2.918.883,00
Transferências Correntes	44.395.372,18	48.901.291,63	50.896.802,00	55.986.482,20	61.585.130,42	67.743.643,46
Outras Receitas Correntes	222.214,21	525.182,17	151.000,00	166.100,00	182.710,00	200.981,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	222.214,21	525.182,17	151.000,00	166.100,00	182.710,00	200.981,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	50.183.841,47	55.831.466,95	57.446.802,00	63.191.482,20	69.510.630,42	76.461.693,46
RECEITAS DE CAPITAL (V)	3.287.246,77	16.997.965,42	9.671.000,00	10.638.100,00	11.701.910,00	12.872.101,00
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	500.000,00	550.000,00	605.000,00	665.500,00
Alienação de Bens	0,00	272.119,93	50.000,00	55.000,00	60.500,00	66.550,00
Alienação de Bens Móveis (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.287.246,77	16.725.845,49	9.121.000,00	10.033.100,00	11.036.410,00	12.140.051,00
Outras Receitas de Capital (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	3.287.246,77	16.997.965,42	9.171.000,00	10.088.100,00	11.096.910,00	12.206.601,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	53.471.088,24	72.829.432,37	66.617.802,00	73.279.582,20	80.607.540,42	88.668.294,46

ACIMA DA LINHA						
DESPESAS PRIMÁRIAS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DESPESAS CORRENTES (XIII)	48.704.580,86	54.267.961,17	56.816.012,00	62.497.613,20	68.747.374,52	75.622.111,97
Pessoal e Encargos Sociais	29.417.920,99	33.788.033,80	32.985.750,00	36.284.325,00	39.912.757,50	43.904.033,25
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	7.000,00	7.700,00	8.470,00	9.317,00
Outras Despesas Correntes	19.286.659,87	20.479.927,37	23.823.262,00	26.205.588,20	28.826.147,02	31.708.761,72
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	48.704.580,86	54.267.961,17	56.809.012,00	62.489.913,20	68.738.904,52	75.612.794,97
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	7.369.463,22	16.015.252,56	14.429.790,00	15.872.769,00	17.460.045,90	19.206.050,49
Investimentos	6.156.693,93	14.841.906,66	13.014.790,00	14.316.269,00	15.747.895,90	17.322.685,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Cred. de Cap já Integ (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1.212.769,29	1.173.345,90	1.415.000,00	1.556.500,00	1.712.150,00	1.883.365,00
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	6.156.693,93	14.841.906,66	13.014.790,00	14.316.269,00	15.747.895,90	17.322.685,49
RESERVA DO RPPS XXIIa	0,00	0,00	809.000,00	889.900,00	978.890,00	1.076.779,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	160.000,00	176.000,00	193.600,00	212.960,00
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	54.861.274,79	69.109.867,83	70.792.802,00	77.872.082,20	85.659.290,42	94.225.219,46
RESULTADO PRIMÁRIO-Acima da linha (XXIV) = (XII - XXIII)	-1.390.186,55	3.719.564,54	-4.175.000,00	-4.592.500,00	-5.051.750,00	-5.556.925,00

Prefeitura Municipal de Solonópole
 ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 III - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

ABAIXO DA LINHA						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	2019 (b)	2020 (c)	2021 (d)	2022 (e)	2023 (f)	2024 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	15.018.771,51	14.512.379,08	14.003.458,64	13.443.320,29	12.905.587,48	12.389.363,98
DEDUÇÕES (XXIX)	16.375.558,56	3.795.186,40	5.137.330,68	4.931.837,45	4.734.563,95	4.545.181,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.528.747,26	8.667.652,54	8.925.472,55	8.568.453,65	8.225.715,50	7.896.686,88
Demais Haveres Financeiros	12.466,96	12.466,96	12.466,96	11.968,28	11.489,55	11.029,97
(-) Restos a Pagar (XXX)	4.165.655,66	4.884.933,10	3.800.608,83	3.648.584,48	3.502.641,10	3.362.535,46
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-1.356.787,05	10.717.192,68	8.866.127,96	8.511.482,84	8.171.023,53	7.844.182,59
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa-XXXIb))	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	11.464.428,26	-12.073.979,73	1.851.064,72	354.645,12	340.459,31	326.840,94

a* Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2018 (R\$10.107.641,21)

AJUSTE METODOLÓGICO	2022
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXd - XXXe)	152.024,35
RECEITA DE ALIEN.DE INVEST. PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) = (XXXI)	8.511.482,84
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGTO. DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
RESULTADO DO BACEM (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - abaixo da linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	8.714.103,61
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX)	8.714.103,61

Solonópole-CE, 14 de Abril de 2021


 Ana Vládia N Pinheiro Juca
 Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Solonópole

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	14.284.092,47	15.018.771,51	14.512.379,08	14.003.458,64	13.443.320,29	12.905.587,48	12.389.363,98
Dívida Mobiliária	14.284.092,47	15.018.771,51	14.512.379,08	14.003.458,64	13.443.320,29	12.905.587,48	12.389.363,98
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.178.451,26	16.375.558,56	3.795.186,40	5.137.330,68	4.931.837,45	4.734.563,95	4.545.181,39
Ativo Disponível	8.477.739,72	20.528.747,26	8.667.652,54	8.925.472,55	8.568.453,65	8.225.715,50	7.896.686,88
Haveres Financeiros	12.466,96	12.466,96	12.466,96	12.466,96	11.968,28	11.489,55	11.029,97
(-) Restos a Pagar	4.313.755,42	4.165.655,66	4.884.933,10	3.800.608,83	3.648.584,48	3.502.641,10	3.362.535,46
Dívida Consolidada Líquida	10.107.641,21	-1.356.787,05	10.717.192,68	8.866.127,96	8.511.482,84	8.171.023,53	7.844.182,59

Solonópole-CE, 14 de Abril de 2021


Ana Vlândia N. Pinheiro Jucá
Prefeita Municipal